

ENSINO REMOTO OFERTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ: A ATIVIDADE DE ENSINO EM TEMPOS DE CRISE E “REINVENÇÃO”

Ágatha Marine Pontes Marega

A pandemia da Covid-19 e o distanciamento social evidenciaram as contradições já existentes na sociedade vivida pela égide capitalista. As novas condições de vida atingiram diretamente a classe trabalhadora, que precisou sair de casa para trabalhar, indo na contramão da mensagem amplamente divulgada pela mídia: “fique em casa”.

O contexto pandêmico evidenciou a precarização do trabalho e a proliferação do subemprego. O trabalho, atividade essencialmente humana e originalmente social, vem se apresentando crescentemente como manifestação negativa dos sujeitos. Nas palavras de Marx e Engels (2007, p. 95) “[...] a vida material é considerada como fim e a produção da vida material, quer dizer, o trabalho, como meio (agora a única forma possível, embora negativa, da manifestação de si)”.

O trabalho se distanciou da sua característica genuína e cada vez mais aparece como necessidade de sobrevivência. Em tempos de pandemia o trabalho também passou a ser associado à “necessidade de se reinventar em tempos de crise”. É justamente no período da crise que surgem novas necessidades e estas, por sua vez, geram novas possibilidades/oportunidades. Para Vigostki (2004) a crise se configura como um momento rico de avanços, se destacando justamente por sua ação criadora e não por sua ação destrutiva.

No início do século XX, marcado pela crise da Psicologia, Vigostki desenvolveu sua teoria para compreensão da consciência a partir dos princípios do marxismo, entre eles o historicismo e a atividade prática do homem. Para o autor, a superação da crise está no movimento histórico e dialético dos fenômenos, o que exige um olhar para além da aparência. No ano de 2020 acompanhamos na televisão e nas redes sociais a divulgação constante de casos de “superção” em meio à crise instalada pela pandemia da Covid-19. No entanto, a reinvenção e a ressignificação do trabalho aparecem de forma simplista, a partir da necessidade de aprender o novo e “ressignificar” a forma de trabalho.

A superação da crise, portanto, não acontece por esforços individuais, mas a partir das condições concretas da situação social de desenvolvimento que estamos vivendo. Assim como é necessário compreender a situação social de desenvolvimento de uma criança para que seja possível compreender as mudanças de determinada idade (VIGOTSKY, 2012), é necessário analisar a situação social de desenvolvimento da sociedade em contexto pandêmico para compreensão da dinâmica de cada fenômeno e de cada atividade prática realizada pelos sujeitos. Um desses fenômenos é a educação e uma dessas atividades é a atividade de ensino realizada pelas(os) professoras(es), que também foram afetados com o discurso da “reinvenção”.

O discurso simplista da reinvenção não foi diferente na educação, pois escolas, secretarias de educação, professoras(es) e pedagogas(os) tiveram que “reinventar” suas diretrizes e práticas pedagógicas. Num cenário de crise sanitária, mortes pela Covid-19 e pânico da população, a educação teve de garantir o cumprimento do ano letivo e oferecer ensino de qualidade de forma remota, sem desconsiderar a vulnerabilidade social (e também física/mental) de muitas famílias. Novas necessidades surgiram num momento sem tempo para digestão. A primeira questão que colocamos é: **as novas necessidades da educação engendradas pela crise geraram novas possibilidades para todos?**

O novo formato de educação precisou atingir os estudantes brasileiros na sua diversidade, nas suas particularidades e também nas suas diferentes limitações de acesso às tecnologias. A questão é que no Brasil muito antes da desigualdade de acesso à internet, há condições sanitárias desiguais. Conforme os dados divulgados pelo Instituto Trata Brasil 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada e quase 100 milhões não têm acesso à coleta e tratamento de esgoto. Num cenário de desigualdades potencializadas, as Secretarias de Educação de todo Brasil tiveram que “se reinventar” e pensar apressadamente na oferta emergencial da educação, dever do Estado e direito de todos, a partir de plataformas de TV, internet e rádio.

Para compreendermos a dinâmica da “reinvenção da atividade de ensino”, analisamos, em destaque, o processo de ensino remoto desenvolvido para atender as 2.133 escolas estaduais distribuídas nos 399 municípios do Paraná. No Paraná a Secretaria de Estado da Educação (SEED) decretou recesso escolar no período de 20 de março a 05 de abril e desenvolveu a educação remota nomeada “Aula Paraná”, iniciada no dia 06 de abril de 2020. No “Aula Paraná” os estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio da rede pública paranaense passaram a assistir às aulas por meio de um aplicativo de celular que não demanda plano de dados, pelo Youtube ou em canais da TV aberta. Essas aulas estão sendo ministradas por professores selecionados pela SEED e transmitidas para estudantes de todo o estado. Além disso, os estudantes também passaram a realizar atividades no Google Classroom, sob supervisão online das(os) professoras(es) de cada escola.

As(os) professoras(es) das escolas, por sua vez, perderam a autonomia de elaborar seu próprio planejamento, transformaram a moradia em sala de aula, e utilizando recursos privados, como celular e computador, foram inseridas(os) nas salas virtuais para atendimento remoto aos estudantes. Com o movimento de padronização do ensino, vindo desde a “escolha” unificada do livro didático em 2019, a SEED ficou encarregada em gravar as aulas e a postar materiais e atividades no Google Classroom para todo o estado. Para as(os) professoras(es) das escolas, coube a tarefa de atender às dúvidas, corrigir as atividades e avaliar os estudantes.

Sabemos que a atividade de ensino das(os) professoras(es) não pode ser fragmentada e abreviada em cumprir tarefas. Para se constituir como tal, precisa ser consciente, criativa e autoral. Conforme Bernardes (2006, p. 100), “[...] as ações presentes na atividade de ensino não podem ser descoladas das condições necessárias para que ocorra a concretização da dimensão ontogenética na constituição dos indivíduos”. A atividade de ensino precisa ser produzida pela(o) própria(o) professora/professor e estar estritamente relacionada às condições concretas que a engendrou. A ruptura entre criação e sujeito criador não é nova. Na sociedade de classes a divisão social do trabalho separou aqueles que detêm as forças produtivas daqueles que vendem sua força de trabalho. Nesse patamar, a alienação do trabalho docente deslocou a ação de ensinar do seu motivo principal, que é a promoção do desenvolvimento humano.

Após dois meses de ensino remoto e de uma atividade de ensino desmantelada, o 1º trimestre foi encerrado com muitos problemas, para além da falta de acesso à internet. Houve problemas como a dificuldade de comunicação com as famílias, falta de interesse dos estudantes em realizar as atividades escolares

remotamente, problemas familiares que interferem na aprendizagem de alguns estudantes, professoras(es) com tarefas exacerbadas, tendo de corrigir muitas atividades, acompanhar as dúvidas dos estudantes, preparar avaliações, e ainda assim, lidar com a sua própria rotina familiar alterada.

Observamos que, sob um olhar pragmático, o ensino remoto do Paraná apresentou as mesmas preocupações do ensino presencial: a seleção de conteúdos, a forma de ministrar as aulas, a frequência, participação e rendimento dos estudantes, a elaboração de avaliações, as correções, os registros no livro de classe, entre outras. Se tudo é muito parecido, o que houve de diferente? No ensino remoto o tempo e o espaço para se fazer educação são outros. Antes professoras(es) e estudantes iam para suas respectivas casas para descansar, havia o tempo para se distanciar e voltar. Hoje todos estão distantes, em casa, mas sem tempo para se distanciar.

Há também o descompasso entre as determinações da mantenedora e o trabalho docente, o que provoca o distanciamento entre professor (sujeito criador) e atividade de ensino (criação). Além disso, professoras(es) e estudantes tiveram de lidar com novas ferramentas (quando as têm) e com novas formas de ensinar e de aprender. Professoras(es) e estudantes que muitas vezes não têm experiências com o uso de tecnologias foram obrigados a lidar com práticas escolares nunca experimentadas.

Outras preocupações do ensino presencial também se evidenciaram no ensino remoto. A não apropriação da atividade de estudo pelos estudantes, por exemplo, agora está mais explícita. A atividade de estudo não é simplesmente o ato de cumprir tarefas escolares. Esta atividade exige do estudante uma postura consciente, mudando sua própria conduta perante o estudo. Conforme Asbahr (2011), para que a aprendizagem ocorra, é necessário que haja correspondência entre o sentido pessoal das ações de estudo dos estudantes e o significado social da atividade de estudo.

Se no ensino presencial já havia problemas na constituição da atividade de estudo, no ensino remoto isso se agravou. Os estudantes precisaram assistir às aulas, realizar as tarefas e estudar os conteúdos por conta própria, sem estabelecer relação consciente entre o motivo de estudar e as ações de estudo realizadas. Para Leontiev (2004) o sujeito está em atividade quando ação/objeto e motivo se coincidem. Quando o motivo está deslocado do seu fim, significa que o estudante não está em atividade, sendo movido por motivos alheios, ou nas palavras do autor, por motivos apenas compreensíveis, como tirar notas, agradecer os familiares ou os professores. Motivos externos aos estudantes fazem da atividade de estudo uma ação escolar sem sentido, alienada. Diante desse problema, colocamos outra

questão: com aulas padronizadas, como gerar motivos de estudo para cada estudante?

No ensino remoto do Paraná ficou evidente que a ressignificação da prática escolar não é tão simples como parece. A ressignificação vai além de modificar os instrumentos de ensino ou a forma que uma aula é transmitida. Reinventar o ensino em tempos de pandemia exige reflexão e imersão na essência da prática escolar, seja ela presencial ou remota: na relação entre atividade de ensino dos professores e atividade de estudo dos estudantes. Na nova modalidade de ensino os estudantes não se constituíram como sujeitos da atividade de estudo, mas precisamos lembrar que no ensino presencial isso também acontecia. Além disso, como ressignificar a educação com rotinas familiares alteradas? Com professoras(es) utilizando instrumentos de trabalho particulares (telefone, computador, internet)? Com as dificuldades para lidar com as novas tecnologias? Com a falta de acesso à internet de muitos estudantes? Com a distância entre professoras(es) e estudantes, principais sujeitos do ensino e da aprendizagem?

Os problemas expostos no aligeiramento do ensino remoto paranaense nos mostram que a educação pública no Brasil ainda é desigual e que os problemas de aprendizagem vão muito além de “reinventar o ensino”. A transposição da educação para plataformas online não garante que o processo de aprendizagem aconteça. Fazer isso é transpor os mesmos problemas do ensino presencial para o ensino remoto. É necessário ressignificar a atividade de ensino dos professores e a atividade de estudo dos estudantes, colocando-os à frente do processo. Se não houver essa reflexão, as queixas das (os) professoras (es) e a evasão dos estudantes continuarão aumentando exponencialmente.

REFERÊNCIAS

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. **Por que aprender isso professora?** Sentido pessoal e atividade de estudo na Psicologia Histórico-Cultural. 220 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho. **Mediações simbólicas na atividade pedagógica:** contribuições do enfoque histórico-cultural para o ensino e aprendizagem. 2006. 330f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo.** Trad. Rubens Eduardo Frias. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. Tradução de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

VYGOTSKI, L. S. El problema de la edad cultural. In: VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas**. Madrid: Machado Libros, 2012. Tomo III.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e Método em Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.